



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Apelação Cível nº 297173-7 – Comarca do Recife**

**Apelante:** José Duque Cavalcanti Lima

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

**Apelado:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco – FUNAPE e outro

**Procurador:** Maria Raquel Santos Pires

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. INTEGRALIDADE DE PROVENTOS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO AFASTADA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ARTIGOS 282, 283 E 284, DO CPC. SENTENÇA ANULADA PARA SE OPORTUNIZAR A EMENDA À INICIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Trata-se de Apelação Cível em face de sentença que, em sede de Ação Ordinária de Cobrança, reconhecendo a prescrição, julgou extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
2. Afastada a prescrição do fundo do direito por se tratar de relação de trato sucessivo, o cerne da questão em apreço consiste na verificação da existência ou não de direito por parte do apelante ao recebimento das diferenças acumuladas nos proventos do ex-servidor, em razão do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (antes do advento da EC nº 41/2003).
3. A teor do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (antes do advento da EC nº 41/2003), consagrou-se que os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data em que restar alterada a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quanto ao incremento de quaisquer benefícios ou vantagens, ressalvadas aquelas concedidas em razão das condições excepcionais em que está sendo prestado um serviço comum.
4. Para tanto, imprescindível à demonstração do interesse processual do autor, a prova da existência de lei que concedeu o aumento de vencimentos com caráter geral a

76  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ser estendido aos aposentados e pensionistas. *In casu*, sequer foi apresentado o nominado "ato administrativo que atualizou, em 01/04/2011, o benefício do suplicante", bem como a indicação de paradigma a fim de indicar o padrão remuneratório perseguido.

5. O preenchimento desse requisito, ônus do autor (art. 333, I, do CPC), vale dizer, decorre do disposto nos arts. 282 e 283 do CPC, e o seu não atendimento configura ausência de pressuposto processual, hipótese de que trata o artigo 267, IV, da referida legislação processual, impondo-se a extinção do feito sem resolução de mérito, desde que seja oportunizado ao autor emendar a inicial, nos termos do art. 284, do CPC.

6. Recurso parcialmente provido à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 297173-7, acima descrito, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em julgamento realizado na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso de apelação, nos termos do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte integrante deste julgamento.

P. R. I.  
Recife, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Apelação Cível nº 297173-7 – Comarca do Recife**

**Apelante:** José Duque Cavalcanti Lima

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

**Apelado:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco – FUNAPE e outro

**Procurador:** Maria Raquel Santos Pires

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença que, em sede de Ação Ordinária de Cobrança, reconhecendo a prescrição, julgou extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Em suas razões de fls. 41/49, em síntese, requer o apelante a reforma da decisão, haja vista o seu direito à percepção da aposentadoria integral, a qual repercute, por extensão, nos aumentos concedidos aos servidores da ativa, ante a paridade em relação aos aposentados e pensionistas (art. 40, §§ 7º e 8º, da CF).

Contrarrazões às fls. 52/57.

A douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer opinativo ante a alegada ausência de interesse público primário a ser tutelado.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 05/3/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



03 77 8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Apelação Cível nº 297173-7 – Comarca do Recife**

**Apelante:** José Duque Cavalcanti Lima

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

**Apelado:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco – FUNAPE e outro

**Procurador:** Maria Raquel Santos Pires

**VOTO**

O cerne da questão em apreço consiste na verificação da existência ou não de direito por parte do apelante ao recebimento das diferenças acumuladas nos proventos do ex-servidor, em razão do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (antes do advento da EC nº 41/2003).

De logo, verifico que a sentença atacada deve ser reformada em parte, haja vista, no caso em análise, não estar configurada a prescrição do fundo do direito. Isto porque a demanda em foco traz relação de trato sucessivo e, não tendo havido negativa expressa da Administração quanto ao pleito do servidor inativo, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, razão pela qual estão prescritas tão somente as parcelas concernentes ao período anterior aos 05 anos contados da data do ajuizamento da ação, em conformidade com a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

Vale salientar que, apesar do autor pleitear diferenças acumuladas nos seus proventos, **anteriores** a 01/04/2006, data que retroagiu o ato administrativo que atualizou em 01/04/2011 o benefício do suplicante, pelo contexto fático-probatório, especialmente em relação aos contracheques acostados aos autos, infere-se que, em verdade, busca o autor tal diferença a partir daquela data. Sendo assim, deve ser observada apenas a prescrição quinquenal e não a do fundo do direito.

Afastada a prescrição, o cerne da questão em apreço consiste na verificação da existência ou não de direito por parte do apelante em relação à integralidade dos proventos.

Notadamente, a teor do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (antes do advento da EC nº 41/2003), consagrou-se que os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data em que restar alterada a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quanto ao incremento de quaisquer



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

benefícios ou vantagens, ressalvadas aquelas concedidas em razão das condições excepcionais em que está sendo prestado um serviço comum.

Acontece que, mesmo afastada a prescrição, não há como ser deferido o pleito autoral. Explico.

Importante ressaltar que, nos termos do §3º do art. 267 do CPC, o magistrado conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, a matéria constante dos incisos IV, V e VI do mesmo artigo.

Conforme salientado, pretende o autor/apelante receber as diferenças de seus proventos de acordo com o disposto no art. 40, §5º e 8º da CF.

Para tanto, imprescindível à demonstração do interesse processual do autor, a prova da existência de lei que concedeu o aumento de vencimentos com caráter geral a ser estendido aos aposentados e pensionistas. *In casu*, sequer foi apresentado o nominado "ato administrativo que atualizou, em 01/04/2011, o benefício do suplicante", bem como a indicação de paradigma a fim de indicar o padrão remuneratório perseguido.

O preenchimento desse requisito, ônus do autor (art. 333, I, do CPC), vale dizer, decorre do disposto nos arts. 282 e 283 do CPC, e o seu não atendimento configura ausência de pressuposto processual, hipótese de que trata o artigo 267, IV, da referida legislação processual, impondo-se a extinção do feito sem resolução de mérito, desde que seja oportunizado ao autor emendar a inicial, nos termos do art. 284, do CPC.

Feitas estas considerações, afastada a prescrição do fundo do direito, dou provimento parcial ao recurso de apelação a fim de anular a sentença e determinar que seja oportunizado ao autor emendar a inicial, nos termos do art. 284, do CPC, abrindo-se o contraditório e novo julgamento.

É como voto.

Recife, 25/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**